



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE IEPÊ – ESTADO DE SÃO PAULO.

Processo: 1000035-96.2023.8.26.0240

Requerentes: Nutrisolo LTDA ME e outros

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA,

Administradora Judicial devidamente qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio de seu representante legal e profissional responsável, nos termos do art. 21, parágrafo único da Lei 11.101/2005, Dr. **MARCIO ROBERTO MARQUES**, igualmente já qualificado, vem, respeitosamente à presença de **VOSSA EXCELÊNCIA**, manifestar o quanto segue.

I – PEDIDO DE URGÊNCIA FORMULADO PELAS RECUPERANDAS. PENHORA DE COLHEITA DEFERIDA EM SEDE DE EXECUÇÃO. ESSENCIALIDADE

Às fls. 2515/2523, as Recuperandas informam que, em que pese já tenha sido consignado nos presentes autos recuperacionais que a prática de atos de constrição sobre a colheita ou demais bens das devedoras deva ser analisada previamente pelo juízo universal, às fls. 1217/1229, a credora extraconcursal, GIRA – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S/A, nos autos de execução individual em trâmite na comarca de Uberlândia/MG, autuada sob o nº 5010664-93.2023.8.13.0702, requereu o arresto e a remoção de 38.677,35 sacas de milho de 60 kg que estejam em vias de serem colhidos nas lavouras.

Informou que o pedido restou deferido pelo juízo executivo tendo sido expedida competente Carta Precatória para a comarca de Racharia/SP, nº 001356-92.2023.8.26.0491, para cumprimento da medida, estando na iminência do seu cumprimento.





Contudo, as Recuperandas reiteram os argumentos já apresentado no presente procedimento recuperacional, no sentido de que o rendimento da comercialização dos produtos agrícolas plantados por essas se refere a atividade precípua das empresas, de modo que servem para a obtenção do capital necessário para o reinvestimento no preparo do solo e plantação da próxima safra, dando-se, assim, continuidade à atividade agrícola.

Desse modo, em sendo autorizada a constrição de sua lavoura a cada plantação, tolher-se-á qualquer possibilidade de recuperação das empresas, uma vez que esgotará toda a sua produção e capital com a expropriação em demandas propostas por credor extraconcursal, culminando no insucesso do presente procedimento recuperacional, o que diverge do objetivo contido no art. 47 da Lei 11.101/2005.

Acrescenta que sem o produto da comercialização da safrinha do milho, não haverá o capital de giro necessário para reinvestimento e plantio da próxima safra de soja, mormente considerando as constrições já efetivadas na safra de soja anterior (cf. decisão de fls. 1872-1883).

Assim, requer seja determinado, com urgência, a imediata suspensão do cumprimento de qualquer ato de constrição sobre a produção de milho das lavouras das Recuperandas, principalmente a ordem de arresto e remoção dos milhos plantados nas Fazendas Ouro Verde, São José, Metralha e Fazenda Thalita, nos municípios de Iepê e Rancharia/SP, deferida em favor da credora GIRA – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S/A, na iminência de cumprimento através da Carta Precatória de nº 1001356-92.2023.8.26.0491, em trâmite pela 1ª Vara da Comarca de Rancharia/SP; e, também, que se atribua à r. decisão a ser proferida o efeito de ofício, autorizando expressamente que as Recuperandas realizem livremente a comercialização dos milhos colhidos de suas lavouras e depositados nos armazéns da região, a fim de





impedir atos arbitrários que as impeçam de acessarem os rendimentos das respectivas produções.

II – MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

Consoante já manifestado por esta Administradora Judicial, tanto nos presentes autos quanto em sede recursal, em conformidade com o já declarado por este Ilmo. Magistrado na decisão de fls. 1217/1229 e fls. 1872-1883, o juízo competente para deliberar acerca dos atos de constrição ou expropriação patrimonial é o juízo universal, aquilatando a essencialidade do bem a atividade empresarial.

Nesse sentido, há previsão na Lei 11.101/2005 quanto a possibilidade de suspensão dos atos constritivos sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo do *stay period*, conforme previstos no artigo infra:

Artigo 6º (...) § 7º-A. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, **a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo**, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código.

Para tanto, cabe aos devedores demonstrarem a efetiva primordialidade dos bens para o exercício das atividades econômicas e, ato contínuo, o Juízo Universal realizará a análise quanto a pretensão de declaração de tal essencialidade, sempre aplicando os princípios delineados pela Lei 11.101/2005,





buscando um equilíbrio entre o direito do Credor e a tutela da função social do Devedor, que busca assistência por meio do processo recuperacional.

In casu, esta Administradora Judicial já se manifestou no sentido de ter sido comprovado, pelas Recuperandas, tanto às fls. 1655/1665 quanto às fls. 2515/2523, que as Recuperandas têm como principal atividade produtiva o cultivo e comercialização de soja, milho e sorgo, de modo que o capital adquirido com a safra daquele, impulsiona o plantio desse, restando indispensável para a continuidade das atividades.

Assim, no entendimento desta AJ, resta satisfatoriamente comprovado que a safra futura serve de fomento para a nova plantação e é responsável pelo giro de capital do produtor rural, sendo imprescindível para as atividades produtivas, principalmente para o empresário rural em crise, tal qual se amoldam as Recuperandas.

Isto porque, tratando-se de grãos produzidos pelo produtor rural em recuperação judicial, o ciclo produtivo somente poderá ser mantido se houverem recursos financeiros provenientes de sua venda que serão investidos na continuidade da safra.

Deste modo, entende que a proteção legal da produção agrícola é fundamental para os rendimentos da comercialização, com o objetivo de permitir o investimento na empresa em recuperação judicial.

Nesse sentido, já foram certificados os proventos amealhados nas safras na Constatação Prévia elaborada por esta Administradora Judicial, cf. item 4 do laudo pericial de fls. 936-1048, mantendo-se a movimentação financeira conforme se verifica nos documentos contábeis apresentadas pelas Recuperandas, nos autos nº 0000308-92.2023.8.26.0240, bem como as análises realizadas nos Relatórios Mensais de Atividades, autos nº 1000212-60.2023.8.26.0240.





Ademais, ao sentir desta Administradora, importa mencionar a inviabilidade de não ser reconhecida a essencialidade da lavoura das Recuperandas, uma vez que, conforme se observa nos apresentes autos, a cada plantação havida, há pedido de expropriação dos bens quando da sua colheita, o que, sem a proteção pelo juízo universal, resta autorizado pelos magistrados das demandas autônomas, culminando em consequentes expedições de Cartas Precatórias para cumprimento, sequenciadas de pedidos de urgência no juízo universal intentando o reconhecimento de essencialidade, sempre sob o mesmo fundamento.

Tal prática já restou verificada nos presentes autos às fls. 1655/1665, quando intentados os arrestos nos autos nº 1000314-19.2022.8.26.0240, promovida pela Fertybio Fertilizantes Ltda, em trâmite por este Juízo, e nº 5010664-93.2023.8.13.0702, promovida pela Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S/A., em trâmite pela Comarca de Uberlândia/MG e, novamente, em sede recursal, Agravo de Instrumento nº 2132839-52.2023.8.26.0000, interposto por essa última.

Ora, Excelência, é sabido que a colheita ocorre em períodos esparsos, oportunidade em que se verificará a mesma senda de peticionamentos e pedidos de urgência remedidos ao juízo universal, sempre intentando a proteção das lavouras e consequente capital de giro das Recuperandas, os quais representam precipuamente a atividade empresarial dessas, a qual se pretende a superação da crise econômico-financeira no presente procedimento recuperacional.

Assim, se a cada colheita realizada as Recuperandas sofrerem arresto dos produtos, não haverá capital, seja para girar a atividade para a próxima plantação, seja para realizar caixa suficiente para arcar com o pagamento dos credores na forma do Plano de Recuperação Judicial, uma vez que a sua atividade será esvaziada reiteradamente.





Nas palavras de Daniel Carnio Costa, o objetivo da recuperação judicial é criar, por meio do Estado-Juiz um ambiente adequado para que a empresa viável supere sua situação de crise, a fim de que, com a manutenção de sua atividade empresarial, os benefícios sociais e econômicos gerados pela empresa sejam preservados¹. Não fosse isso, o instituto recuperacional não teria razão de existir.

Nesse sentido, é o entendimento jurisprudencial:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. INDEFERIMENTO DA TUTELA RECURSAL. NECESSIDADE. MATÉRIA-PRIMA ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA USINA QUE SE ENCONTRA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EMPRESA AGRAVADA QUE DEMONSTROU ESTAR EM REGULAR FUNCIONAMENTO. RECURSO IMPROVIDO. Ficou demonstrada a existência do 'periculum in mora inverso', já que a medida liminar anteriormente deferida no presente recurso é capaz de inviabilizar a subsistência da agravada. **A cana-de-açúcar constitui matéria-prima essencial para sua atividade empresarial, cujo comprometimento é notório, ainda mais por se encontrar em recuperação judicial.** Daí a necessidade de manutenção da decisão interlocutória prolatada.²

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO QUE RESTABELECEU A ANTERIOR E DEFERIU O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO DOS AGRAVADOS, BEM COMO PROIBIU A EXPROPRIAÇÃO DE VALORES E BENS, CUJA ESSENCIALIDADE SERÁ ANALISADA CASO A CASO – VERIFICAÇÃO DE ESSENCIALIDADE DE FORMA GENÉRICA – IMPOSSIBILIDADE – FORMA INDIVIDUALIZADA – DECISÃO REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. A análise da essencialidade não deve ser feita de forma genérica, cabendo ao juízo da recuperação judicial averiguar a essencialidade dos bens de maneira individualizada e com a comprovação

¹ Comentários Completos à Lei de Recuperação de Empresas e Falências, v. I, Ed. Juruá, 2015, pág. 22.

² TJ-SP; Agravo de Instrumento 2089317-14.2019.8.26.0000; relator (a): Adilson de Araujo; órgão julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de Rio das Pedras — Vara Única; data do julgamento: 2/7/2019; data de registro: 2/7/2019.





documental de tal essencialidade. A fundamentação condizente se faz necessária, sob pena de desprestigiar o sistema de garantias e promover-se a insegurança jurídica e a imprevisibilidade nos negócios. De rigor o provimento do recurso para determinar ao juiz a quo, condutor da recuperação judicial, que proceda à análise da essencialidade dos bens da recuperanda de maneira individualizada.³

Ademais, importa destacar o entendimento da doutrina majoritária, no sentido de que ser mais prudente prestigiar o requisito da essencialidade do que o conceito de *bem de capital*:

"Por isso é que, em conclusão, acolhe-se a prudente posição de Fábio Ulhoa Coelho, a considerar, para a finalidade do art. 49, §3º, da LRF, todos os bens de capital e de produção como potencialmente merecedores da restrição à venda e à retirada do estabelecimento comercial do devedor, prestigiando-se mais o requisito da essencialidade do que o conceito de 'bem de capital'".⁴

Dessa forma, deve-se prevalecer o princípio essencial e primordial da recuperação judicial, qual seja, da preservação da empresa, uma vez que ao "desproteger" a moeda principal do empresário produtor rural – sua *plantação* –, invalida, por conseguinte, o objetivo principal recuperacional, ferindo todas as normas e princípios dela decorrente.

Por essa razão, em se tratando de lavoura das Recuperandas de soja, milho e sorgo, esta Administradora Judicial se manifesta no sentido de restar necessária a declaração da proteção de tais bens essenciais à sua atividade econômica, que se encontra sob processo de recuperação, impedindo, assim, sua alienação durante o prazo do *stay period* previsto no artigo 6º, §§ 4º e 7º-

³ TJ-MT - AI: 10178535620228110000, Relator: SEBASTIAO DE MORAES FILHO, Data de Julgamento: 26/04/2023, Segunda Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 02/05/2023.

⁴ SIMÕES, André Barbosa Guanaes. Os bens essenciais à atividade empresarial na recuperação judicial. In: BRASIL, Gláucia Albuquerque; CABRAL, Taciani Acerbi Campagnaro Colnago; FIGUEIREDO, Claudete Rosimara de Oliveira; GOMES, Camila Aboud; SCALZILLI, João Carlos Lopes. (Coords.). Recuperação judicial, falência e administração judicial. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.





A, da Lei 11.101/2005⁵, a possibilitar a superação da crise econômica das Recuperandas e evitar a decretação de sua falência.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas acerca do presente processo.

São Paulo/SP, 26 de julho de 2023.

M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

ADMINISTRADORA JUDICIAL

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195

Representante: **MARCIO ROBERTO MARQUES**

OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319

⁵ Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: [...]

§ 4º Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal. [...]

§ 7º-A. O disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo, a qual será implementada mediante a cooperação jurisdicional, na forma do art. 69 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), observado o disposto no art. 805 do referido Código.

